



**ACÓRDÃO Nº59/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12963/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Manicoré
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sra. Laura Patrícia Santos do Nascimento
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7367/2022-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Manicoré. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré, do exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento Souza**, nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, a observância com maior rigor dos prazos para o envio de dados ao sistema e Contas, evitando ser reincidente em atrasos que podem ser evitados com o devido planejamento;
- 10.3. **Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, a imediata regularização da impropriedade, quanto à elaboração de parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno, conforme dispõe o art. 79 da Lei 4.320/64 c/c o inciso IV do art. 2º da Res. nº 04/2016;
- 10.4. **Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, a



**ACÓRDÃO Nº59/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

imediate regularização da impropriedade com a elaboração e efetivo funcionamento do controle interno no Fundo Municipal de Saúde de Manicoré, conforme dispõe o art. 74 da CF/88, art. 76 da Lei nº 4.320/64 c/c art. 59 da LC 101/2000;

- 10.5. Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, a regularização do feito com a publicação das informações inerentes a execução orçamentária e financeira do Fundo e sua disponibilização à sociedade via internet, conforme determina os arts. 48 e 48-A da LRF;
- 10.6. Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, atenção com maior rigor na atualização do Portal da Transparência, na observância do cumprimento da LC n. 131/2009 c/c Decreto nº 7.185/2010, sob pena de grave infração à norma legal;
- 10.7. Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, que as informações quanto ao registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades; registro dos repasses ou transferências de recursos financeiros; registro das despesas; informações sobre processos licitatórios; dados de programas de ações, projetos e obras e, por fim, informações sobre as perguntas mais frequentes da sociedade sejam disponibilizados via internet, no cumprimento do art. 8º da Lei nº 12.527/11 (caput e §§ 1º e 2º);
- 10.8. Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, a observância com maior rigor dos prazos para o envio de dados ao Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, evitando ser reincidente em atrasos que podem ser evitados com o devido planejamento;
- 10.9. Recomendar** à gestora **Sra. Laura Patricia Santos do Nascimento**, a observância com maior rigor dos prazos para o envio do Relatório anual de Gestão – RAG ao Conselho Municipal, evitando ser reincidente em atrasos que podem ser evitados com o devido planejamento;
- 10.10 Dar quitação** a **Sra Laura Patricia Santos do Nascimento**, nos termos do art. 24 da Lei nº 2423/1996;
- 10.11 Arquivar** o presente processo, conforme art. 162, §1º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



**ACÓRDÃO Nº59/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral